**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RODRIGO DE SOUZA ARAUJO

Versão simplificada

**A crise do Sistema Interamericano de Direitos Humanos –
dinâmicas na posição brasileira sobre o caso**

**SÃO PAULO
2017**

RODRIGO DE SOUZA ARAUJO

**A crise do Sistema Interamericano de Direitos Humanos –
dinâmicas na posição brasileira sobre o caso**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências – Programa de Pós-Graduação em Relações em Internacionais

Orientadora: Profa. Dra. Deisy Ventura

**SÃO PAULO
2017**

RESUMO

Esse trabalho busca rever e analisar diversas narrativas sobre a chamada “crise do Sistema Interamericano de Direitos Humanos” e a posição brasileira na relação com esse sistema. A perspectiva de vários atores envolvidos mostra suas concepções de si, dos demais agentes e da própria crise, bem como as mudanças de suas estratégias, possibilitando um vislumbre das dinâmicas políticas presentes em casos de “alto perfil político”. Faz-se um breve histórico das relações entre o Brasil e o SIDH, e dos precedentes da crise. Foram entrevistados atores governamentais, da sociedade civil e da Comissão Interamericana, de modo a conferir um amplo panorama do caso e de seus múltiplos pontos de vista. O texto pretende discutir essas perspectivas, as consequências da crise sobre cada um dos atores analisados, bem como, propor a desconstrução do conceito de Estado racional para uma melhor compreensão de suas relações com outras instituições.

Palavras-chave: Sistema Interamericano de Direitos Humanos; Política Externa em Direitos Humanos; Política Externa Brasileira.

ABSTRACT

This article seeks to review and analyze the various accounts on the “Inter-American Human Rights System crisis” and the Brazilian positioning on it. The point of view of the many agents involved reveals their conceptions of themselves, the others and the crisis itself, as well as the changes in their own strategies, which allows a glimpse on the politic dynamics working in the so-called “high-profile cases”. A brief history of the relations between Brazil and the IAHRs is presented, as well as the precedent cases of the crisis. Agents from the Brazilian governments, the civil society and the Inter-American Commission were interviewed in order to provide a wide outlook on the case and its multiple perspectives. The text intends to discuss these perspectives, the effects of the crisis on each of the studied actors, and to propose a deconstruction of the concept of Rational State to understand its relations with other institutions.

Keywords: Inter-American Human Rights System; Human Rights Foreign Policy; Brazilian Foreign Policy.

SUMÁRIO

1. Introdução	01
2. Marco teórico e métodos	04
3. Histórico e análises sobre o SIDH	11
4. Precedentes da crise	17
4.1 <i>Caso Gomes Lund</i>	17
4.2 <i>Caso Belo Monte</i>	22
5. Crise de legitimidade	25
6. Pós-reforma e crise financeira	38
7. Conclusões	44
8. Bibliografia	49
 APÊNDICES – Transcrição de entrevistas	 56
A – ANÔNIMO, Funcionário do MRE	56
B – ANÔNIMO, Funcionário da SDH	67
C – Raísa Ortiz Cetra – Conectas	85
D – Juana Kweitel – Conectas	100
E – Paulo Vannuchi	105

1. Introdução

Agora, não tem um país hoje que tenha uma relação de aplausos ao sistema

*Paulo Vannuchi, comissionário da CmIDH*¹

Ao longo de 2011, o governo brasileiro envolveu-se em uma série de atritos com as instituições do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), em especial com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CmIDH), isso serve de catalisador para a chamada crise do sistema que se instala e perdura até o presente. Partindo de questionamentos sobre o funcionamento e a legitimidade do SIDH, a extinção da Comissão chegou a ser aventada, e uma crise orçamentária foi declarada a partir de 2013. Nesse contexto, a cambiante posição brasileira serve como referência das movimentações e negociações ocorridas durante a crise. Tradicionalmente descrito como membro expectador² nos foros da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Brasil passou a atuar de maneira mais agressiva, com membros do seu governo fazendo declarações públicas sobre ingerências no país e sobre o uso geopolítico dos órgãos internacionais de proteção dos direitos humanos³.

O estopim da crise pode ser identificado na medida cautelar MC 382/10⁴ de maio de 2011, que pedia a suspensão das obras de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte⁵. O governo brasileiro reagiu com uma série de declarações questionando a razoabilidade da medida e a legitimidade da Comissão⁶, mas foi além dos discursos tomando medidas contundentes como a retirada do seu embaixador na OEA, a

¹ VANNUCHI, Paulo. Entrevista. Entrevistador: Rodrigo de Souza Araujo. Concedida na sede do Instituto Lula, São Paulo, 16/02/2017. Arquivo de áudio .mp4 (01h04min.) – A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E dessa dissertação. p. 114.

² SOTERO, Paulo. *El desafío brasileño: cómo gestionar las relaciones regionales asimétricas más allá de la OEA*. Revista CIDOB d'afers internacionals, Barcelona, n. 97-98, pp. 101-116, 2012.

³ “Lobão critica OEA por ingerência em Belo Monte”. *Exame*, São Paulo, 06 de Abril de 2011. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/lobao-critica-oea-por-ingerencia-em-belo-monte/>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

⁴ COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Medidas cautelares outorgadas pela CIDH no ano de 2011*. Washington, 2011. Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/medidas/2011.port.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

⁵ OEA solicita suspensão imediata de Belo Monte. UOL, 05 de maio de 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/04/05/oea-solicita-suspensao-imediata-de-belo-monte.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

⁶ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Solicitação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA*. Nota à imprensa n. 142, Brasília, 5 de abril de 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2555-solicitacao-da-comissao-interamericana-de-direitos-humanos-cidh-da-oea>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

suspensão dos repasses financeiros para a OEA, de qual o SIDH faz parte⁷, e a constituição de um grupo de trabalho, com os demais países, para a discussão de uma reforma do sistema, em junho de 2011.

Desencadeada a crise, diversos atores se mobilizam no sentido da proposição de reformas duras ou da defesa do sistema que estaria sob ameaça de extinção. Acadêmicos e ativistas fazem pronunciamentos à imprensa e uma forte mobilização da sociedade civil se organiza pedindo maior transparência e voz durante esse processo. Alianças contrárias ao SIDH são constituídas dentre os países do continente. Do mesmo modo, parece haver dentro do governo brasileiro a formação de grupos pró e anti-SIDH, em mobilização para definir a posição brasileira a esse respeito.

Trata-se, portanto, de um momento de ebulição das discussões sobre o sistema interamericano e de catarse de insatisfações que se acumulavam há anos nos governos da região⁸. A crise e o questionamento da legitimidade do sistema fazem surgir vozes que discutem até mesmo a necessidade de um sistema de proteção de direitos humanos, ou mudanças no formato desse sistema. Com esse cenário as fragilidades do sistema interamericano são expostas como nunca antes. Discute-se sua agenda de direitos, o funcionamento de suas relatorias, seu risco de instrumentalização, seus mecanismos de financiamento e de proteção de direitos. A partir disso surgem também questões sobre a racionalidade política do sistema. Como fiscalizar e admoestar Estados por seu respeito aos direitos humanos quando sua sobrevivência financeira e institucional depende deles? Como conjugar espaços multilaterais de negociação com órgãos transnacionais de proteção permeáveis a atores não-estatais? Como desenvolver medidas de proteção efetivas quando o seu descumprimento não pode ser alvo de mecanismos de sanção?

Diante de toda a mobilização e questionamentos sobre o SIDH, a história de sua crise e seu processo de reflexão tornam-se um campo de estudo com várias possibilidades: a discussão institucional dos funcionamentos dos mecanismos internacionais de proteção de direitos humanos; a análise de alianças e negociações ocorridas entre os Estados que determinam a força de um sistema que fiscaliza sua ação ou omissão estatal; ou o entendimento dos debates ocorridos dentro de cada um dos

⁷ *Brasil não paga OEA por causa de Belo Monte*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 20 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/2vTRM1v>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

⁸ AMATO, Victoria. *Una mirada al proceso de reflexión sobre el funcionamiento de la CIDH*. Aportes DPLf, Washington, n.16, pp. 4-9, 2012. Disponível em: <<http://www.dplf.org/sites/default/files/1332509827.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

Estados sobre como se formula sua postura a respeito do tema, e como as diversas forças políticas interessadas se relacionam para chegar numa posição estatal.

O objeto deste trabalho é discutir as perspectivas e dinâmicas de poder dessas forças dentro do Estado brasileiro, como elas se enfrentam e articulam na elaboração das posições acerca do SIDH, mais especificamente entre 2011 e 2016. A partir de 2013, com o fim dos trabalhos de reforma da Comissão Interamericana, parte da produção acadêmica descreve esse período de reforma como período de crise, propõe-se aqui que a crise não se encerra com o fim das discussões sobre a reforma do sistema, na verdade ela persiste por meio de uma crise orçamentária, assim o que chamo de “Crise do Sistema Interamericano” se subdividiria em duas crises: uma de legitimidade política, em que a sobrevivência institucional do sistema é ameaçada, e outra financeira, em que seu funcionamento tem risco pela falta de recursos.

O Brasil, tido no passado como membro moderador das tensões da região e líder potencial do continente, assume posturas que repercutem diretamente nos resultados da crise e nos comportamentos dos demais Estados. Daí a relevância de discutir a formação de sua posição política nesse caso, o que não esgota estudos sobre o mesmo cenário no resto da região, mas serve como referência das mobilizações e deslindes da crise.

O recorte temporal até o fim de 2016 é determinado para garantir a viabilidade da prospecção e análise de dados do trabalho. Vale destacar que esse período de crise não se encerra em 2016, e todas as discussões acerca do seu funcionamento continuam repercutindo e tem consequências até hoje, afetando a maneira com que Estados, sociedade civil e a própria CmIDH se comportam no período do pós-reforma.

7. Conclusões

Após análise das diversas narrativas acerca das crises do sistema interamericano, pode-se concluir que esse processo de enfraquecimento e crises ainda existe e continua passando por negociações, nos planos doméstico e transnacional para sua resolução. Essas crises, ainda que distintas, estão relacionadas e se influenciam mutuamente. A aparente resolução da crise política não incorre na resolução da crise financeira, nem impede que esta retome os efeitos da primeira, como o enfraquecimento político e reticência na tomada de decisões controversas.

O Sistema conhecido por servir de destaque para casos emblemáticos, por permitir a veiculação de informações de proteção de direitos pelo continente e a reverberação de demandas importantes, parece não ter sido bem sucedido na promoção desses mesmos mecanismos para si mesmo. Ainda que a partir de 2011 o SIDH tenha sido mais discutido entre os Estados, na mídia e entre as redes transnacionais da sociedade, isso não parece repercutir em um maior grau cumprimento de suas decisões ou melhoras no seu financiamento. O fortalecimento prometido pelo Grupo de Trabalho jamais ganhou forma.

A situação de crise não se resolveu, e ainda que a CmIDH se esforce por transitar dentro de um equilíbrio político sensível, ela parece ainda se encontrar em uma posição extremamente frágil. Retornamos às questões suscitadas na introdução, como garantir a sobrevivência e a autonomia de um sistema que em última instância depende das entidades que ele mesmo fiscaliza? Como diz Paulo Vannuchi, os Estados deveriam abandonar uma perspectiva de “eu vou ajudar se você me ajudar”, e compreender o sistema como uma proteção mínima que pode ser necessária mesmo àqueles que hoje estão nas mesas de decisão.

A suspeita dos Estados em relação ao sistemas de proteção gera uma fragilidade nessa proteção, sem apresentar alternativas em sua substituição. É simbólico que, Dilma Rousseff, uma das forças catalisadoras da crise atual, tenha submetido seu próprio caso de violação de direitos ao SIDH¹²⁰. A denúncia ou enfraquecimento dos sistemas internacionais de proteção não significa um ganho de autonomia ou soberania estatal.

¹²⁰ PT cita “golpe” e recorre à Comissão da OEA contra impeachment de Dilma, UOL, São Paulo, 10 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/10/pt-recorre-a-oea-contra-impeachment-de-dilma.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

Pelo contrário representa uma maior fragilidade de todos os indivíduos protegidos por esse sistema.

Com a emissão da medida cautelar MC 382/10, sobre Belo Monte, um conjunto de forças conservadoras contrárias ao SIDH se coaduna de modo a vocalizar suas críticas, suportados pela reação imediata da presidenta Dilma Rousseff. Essa reação amordaça momentaneamente as forças pró-SIDH, que são pegas também de surpresa pelas ações da CmIDH e do governo. Esse cenário representa o desequilíbrio de forças que mobiliza as ações agressivas em relação ao sistema de direitos humanos.

Outro ponto relevante é a discussão das dinâmicas governamentais diferentes nos casos de direitos humanos “corriqueiros” e de alto perfil político. Como já dito, os fenômenos descritos nesse trabalho sustentam a análise de Sonia Cardenas, sobre as diversas forças tributárias do comportamento estatal, e da existência de demandas que podem despertar sensibilidades de grupos pró-violação. Vale destacar a identificação nas falas dos entrevistados de um cenário inverso, nos casos corriqueiros, percebe-se muitas vezes uma ausência de diretrizes políticas das lideranças e com isso uma maior autonomia dos corpos técnicos na decisão do trato dessas questões. Isso demonstra o papel desprivilegiado que os direitos humanos tem na agenda política, e indica que quando esses casos de “alto perfil” vem à tona, e as lideranças assumem a mesa de decisão, elas não dominam o trato ou tem a sensibilidade necessária para lidar com o caso numa perspectiva de direitos humanos.

Casos de alto perfil político, portanto, seriam aqueles que geram a sensibilização de um número maior de atores, levam à inserção de novos participantes na arena de tomada de decisões e elevam seu nível hierárquico. Estudos de outros casos de política externa em direitos humanos com essa mesma chave de análise podem revelar se essa classificação de casos de “alto perfil político” e casos “corriqueiros” tem pertinência, e se essa autonomia de atuação do nível técnico se confirma no segundo grupo.

De mesmo modo, essa discussão sobre as lógicas de decisão pode ser lida na perspectiva do dualismo político de MacDowell Santos. Assim, a presença de culturas políticas dissonantes seria mantida nos múltiplos níveis, mas com uma inserção de novos atores conservadores (pró-violação) na emergência de casos de alto perfil político.

Uma reflexão importante que a proposição de MacDowell Santos traz é a da dualidade de culturas jurídico-políticas. Esse ponto é levantado pelos entrevistados ao tratar da composição de alianças durante o caso ou da dificuldade no diálogo com determinados atores. De acordo com Vannuchi¹²¹, o histórico do caso apresenta a gênese da formação de uma aliança anti-SIDH no caso Gomes Lund, que se mantém no caso Belo Monte e atua na crise do SIDH. Para outros entrevistados essas alianças se formariam a cada caso, alterando-se a partir da pauta em discussão, com a inserção de novos atores em casos específicos, essa segunda leitura parece ganhar peso com a inserção dos ministérios de Minas e Energia e Meio Ambiente nos processos de discussão do caso Belo Monte. Cabe discutir se mesmo na alteração de alianças um esquema de culturas dual se mantém. Ademais a formação dessas alianças anti-SIDH merece estudos posteriores que discutam seus cenários de formação e suas estratégias de ação.

MacDowell Santos propõe que diferentemente da heterogeneidade de Moçambique, o Brasil teria um comportamento bipolar, com duas culturas jurídico-políticas presentes. A análise do comportamento de novos atores, como Casa Civil, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente, e de novos casos poderá esclarecer se o caso brasileiro apresentaria duas “posições de direitos humanos” em debate, ou uma multiplicidade interseccionada de culturas políticas. Vale o destaque de que nas duas hipóteses o diálogo entre essas forças afasta o caso brasileiro do cenário de ruptura descrito por Souza Santos no pluralismo jurídico moçambicano.

Um dos objetivos desse trabalho é apontar as diversas perspectivas segundo as quais se pode observar e entender a crise do sistema interamericano. Buscou-se justapor imagens de “ressaca”, “fragilidade” e “normalidade”, entendimentos dos resultados da crise como benéficos, promotores da transparência, geradores de expertise ou degradantes das capacidades de ação. Essas diferenças de análise sobre as crises se explica pelas diferentes culturas políticas dos atores e suas posições no panorama político do caso. Não se pretende enaltecer qualquer narrativa como mais próxima da verdade, cada uma dessas perspectivas se reconhece enquanto verdade e a partir disso fundamenta suas ações. O objetivo dessa justaposição está em revelar essas

¹²¹ VANNUCHI, Paulo; TIMPONI, Cristina. 2011.

dissonâncias e descrever as lógicas de ação dos atores e buscar lastro teórico que as explique.

O caso da crise do Sistema Interamericano contempla inúmeras possibilidades. Esse estudo não esgota as reflexões sobre o caso, limitando-se a propor algumas soluções teóricas e metodológicas e propõe a comparação com os processos de tomada de decisão de outros casos brasileiros para verificar a pertinência das soluções propostas e dos cenários descritos.

Estudos sobre o mesmo caso em outros países também são relevantes, explorando as alianças entre os governos na negociação da reforma e as alianças transnacionais da sociedade civil, elemento apontando como fundamental segundo fontes da Conectas. Países tradicionalmente aliados do SIDH como Argentina, Colômbia e México podem ser de especial interesse, para avaliar os impactos da crise de legitimidade nas relações dos mesmos com o Sistema, e se a avaliação de Paulo Vannuchi de deterioração do prestígio do SIDH se confirma.

Outra possível decorrência desse trabalho é o estudo e comparação de outras organizações da sociedade civil, que atuam em diálogo nacionalmente e transnacionalmente, e que apresentam variadas estratégias de ação. A distinção entre ONGs litigantes e políticas feita por Raísa Cetra indica um caminho de estudo sobre o ativismo em direitos humanos na região. Como essas organizações pautam suas alianças, como definem suas estratégias para o Sistema e para seus governos locais, quais foram os impactos das duas crises no funcionamento dessas organizações.

Resta a crítica dos resultados do suposto “fortalecimento” do sistema que, ao que tudo indica, ao fim de cinco anos de jogos políticos e negociações produziu um mecanismo de proteção frágil e por vezes intimidado. Diante do atual cenário de sua fragilidade e do crescimento de uma onda conservadora por todo o continente americano, cabe então nos perguntamos sobre como podemos revitalizá-lo e talvez até mesmo efetivamente fortalecê-lo.

Esse trabalho buscou lançar luz sobre algumas questões da crise do Sistema Interamericano, e assim contribuir para seu entendimento. A posição do governo tem papel essencial no estopim e deslinde da crise e, assim, entender suas dinâmicas é fundamental para a compreensão do caso. O Brasil, desde o início da última década,

busca se estabelecer como liderança na região, desse modo também se pretende referência para o comportamento dos demais Estados. Essa liderança mostra seu impacto na crise, reverberando os atritos com o sistema nas ações dos demais Estados.

Essas ambições de liderança devem ser tomadas tendo em conta o peso de sua responsabilidade. Nesse sentido, as políticas externas em direitos humanos ganham contornos mais relevantes, e com isso uma maior participação social na formulação dessas políticas, para que então esse papel de liderança seja usado para o fortalecimento dos mecanismos internacionais de proteção de direitos humanos.

8. Bibliografia

AMATO, Victoria. *Una mirada al proceso de reflexión sobre el funcionamiento de la CIDH*. Aportes DPLf, Washington, n.16, pp. 4-9, 2012. Disponível em: <<http://www.dplf.org/sites/default/files/1332509827.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

ARAÚJO, Natália; VENTURA, Deisy. *A lenta democratização do Itamaraty: o caso do Acesso à Informação sobre a reforma do Sistema Interamericano de Direitos Humanos*. In MEYER, Emilio; OLIVEIRA, Marcelo (Orgs.). *Justiça de transição nos 25 anos da Constituição de 1988*. Belo Horizonte, Initia Via, 2014.

BERNARDI, Bruno Boti. *Política externa e direitos humanos no México (2000-2010): avanços externos e fracassos domésticos*. Meridiano 47, Brasília, v. 11, n. 122, pp. 3 - 10, nov.-dez. 2010.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Solicitação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA*. Nota à imprensa n. 142, Brasília, 5 de abril de 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2555-solicitacao-da-comissao-interamericana-de-direitos-humanos-cidh-da-oea>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

CARDENAS, Sonia. *Norm collision: Explaining the effects of international human rights pressure on State behavior*. International Studies Review, Hoboken, Wiley, v. 6, n. 2, pp. 213-31, 2006.

_____. *Conflict and compliance – State responses to international human rights pressures*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2007.

CARDOSO, Evorah Lusci Costa. *Litígio estratégico e Sistema Interamericano de Direitos Humanos*. Belo Horizonte, Coleção Fórum Direitos Humanos, vol.4, Fórum, 2012.

CAVALLARO, James L. *Toward fair play: A decade of transformation and resistance in international human rights advocacy in Brazil*. Chicago Journal of International Law, Chicago, v. 3, nº 2, pp. 481-492, 2002.

CETRA, Raísa; KWEITEL, Juana. *Muchos Brasis*. Aportes DPLf, Washington, n.19, pp. 48-59, 2014. Disponível em: <http://www.dplf.org/sites/default/files/aportes_19_web_0.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Resolução n.7615 emitida em 1985 pela CmIDH*. Washington, 1985. Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/annualrep/84.85sp/Brasil7615.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. *Caso 11.552 Julia Gomes Lund e outros v. República Federativa do Brasil*. Washington, 2009. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/demandas/11.552%20Guerrilha%20do%20Araguaia%20Brasil%2026mar09%20PORT.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

_____. *Relatório n.125/10 emitido em 2010 pela CmIDH*. Washington, 2010. Disponível em: <<https://cidh.oas.org/annualrep/2010port/BRAD250-04PO.doc>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. *MC 382/10 – Comunidades Indígenas da Bacia do Rio Xingu, Pará, Brasil*. Washington, 2010. Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/cautelares.asp>> Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. *Medidas cautelares outorgadas pela CIDH no ano de 2011*. Washington, 2011, Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/medidas/2011.port.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

CONSELHO PERMANENTE DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Informe del grupo de trabajo especial de reflexión sobre el funcionamiento de la Comisión Interamericana de Derechos humanos para el fortalecimiento del Sistema Interamericano de Derechos Humanos para la consideración del Consejo Permanente*. Washington, 25 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2wa9ugA>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

CORTE INTERMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Gomes Lund e Outros v Brasil – Sentença de 24 de novembro de 2010*. San José da Costa Rica, 2010. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

DPLF et al. *Reflexiones para el fortalecimiento del Sistema Interamericano de Derechos Humanos*. Aportes DPLf, Washington, n.16, 2012.

ENGSTROM, Par. *A anistia e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos*. In: PAYNE, Leigh A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (Orgs.). *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford, Oxford University, Latin American Centre, pp. 102-139, 2011.

_____. *Brazilian foreign policy and international human rights promotion: existing tensions and future prospects*. SSRN, 2014. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract_id=2467995>. Acesso em: 18 fev. 2017.

FARER, Tom. *The rise of the Inter-American Human Rights Regime: No longer a unicorn, not yet an ox*. Human Rights Quarterly, Baltimore, John Hopkins University Press, v.19, nº3, pp. 510-546, 1997.

FELIPPE, Marcio S. *Lei da anistia e a decisão da Corte Interamericana: Balanço e perspectivas* in Direitos Humanos no Brasil 2012: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, pp. 205-210, 2012.

GALVIS, María C.; SALAZAR, Katya. *Derechos humanos y desarrollo económico: ¿cómo armonizarlos?*. Anuário de Derechos Humanos, Santiago, Universidad de Chile, n. 9, pp. 195-203, 2013.

_____; SALAZAR, Katya. *43rd OAS General Assembly: sound judgment prevailed*. DPLf, Washington, 20 de junho de 2013. Disponível em: <http://dplfblog.com/2013/06/20/43rdoas-general-assembly-sound-judgment-prevailed/>. Acesso em: 18 fev. 2017.

GASPAROTO, Ana L.; GASPAROTO, Jayme W.; VIEIRA, Oscar V. *O Brasil e o sistema interamericano de proteção aos direitos humanos*. Revista Eletrônica de Direito Internacional, vol. 7, pp. 42-68, 2010. Disponível em: <http://www.cedin.com.br/revistaeletronica/volume7/>. Acesso em: 18 fev. 2017.

HAFNER-BURTON, Emilie; RON, James. *Seeing double: Human rights impact through qualitative and quantitative eyes?*. World Politics, Cambridge, Cambridge University Press, v. 61(2), pp. 360–401, 2009.

HERZ, Mônica. *The Organization of American States (OAS)*. Routledge, Global Institutions Col., 2011.

KAUFMANN, Jean-Claude. *A entrevista compreensiva - Um Guia para Pesquisa de Campo*. Petrópolis, Editora Vozes, 2013.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. *Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics*. Nova Iorque, Cornell University Press, 1998.

MACE, Gordon. *Sixty years of protecting human rights in the Americas*. Quebec, Journal of International Law (Special Edition), pp. 1-5, 2011.

MAIEROVICH, Walter. *Decisão da OEA é vinculante*. Terra Magazine, São Paulo, 16 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/decisao-da-oea-e-vinculante>. Acesso em: 18 fev. 2017.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia. *Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública*. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 35, n.1, pp.11-41, 2013.

NEUMAYER, E. *Do international human rights treaties improve respect for human rights?*. Journal of Conflict Resolution, Thousand Oaks, SAGE Publications, v. 49, 2005.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem*. Bogotá, 1948. Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/dbasicos.asp>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. *Carta da Organização dos Estados Americanos*. Bogotá, 1948; Managuá, 1993. Disponível em: <http://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos.asp>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. *Convenção Americana sobre Direitos Humanos*. San José da Costa Rica, 1969. Disponível em: <http://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos.asp>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. *Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos*. San José da Costa Rica, 2009. Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/dbasicos.asp>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. *Declaração de Guayaquil*. Primeira Conferência dos Estados-Partes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Guayaquil, 11 de março de 2013. Disponível em: <<http://www.cancilleria.gob.ec/wp-content/uploads/2013/05/Conferencia-Estados-Partes-Guayaquil-doc.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. *Declaração de Cochabamba*. Segunda Conferência dos Estados-Partes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Cochabamba, 14 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.cancilleria.gov.ar/userfiles/14-05-13_delcaracion_cochabamba.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. *Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos*. Washington, 2013. Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/dbasicos.asp>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

PASINATO, Wania. *Dez anos de Lei Maria da Penha*. Revista Sur, São Paulo, v. 13 n. 24, pp.155-163, 2016.

PATRIOTA, Guilherme A. *Dois pesos, duas medidas*. Folha de São Paulo, São Paulo, 7 de agosto de 2012, Sessão Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/59211-dois-pesosduas-medidas.shtml>>. Acesso em: 28 set. 2013.

PIOVESAN, Flávia; VENTURA, Deisy; KWEITEL, Juana. *Sistema interamericano sob forte ataque*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 7 de agosto de 2012, Sessão Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/59213-sistema-interamericano-sob-forteataque.shtml>>. Acesso em: 28 set. 2013.

PONTES JR, Felício. *Belo Monte: Uma década de violência contra a lei, o meio ambiente e o ser humano* in Direitos Humanos no Brasil 2011: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, São Paulo, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, pp. 103-110, 2011.

REIS, Rossana Rocha. *Os direitos humanos e a política internacional*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 27, pp. 33-42, 2006.

_____. *A América Latina e os direitos humanos*. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, n.2, pp. 101-115, 2011.

_____. *O Brasil e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos: elementos para compreender a crise de Belo Monte*. Pensamiento Propio, Buenos Aires, n. 38, pp. 19-48, 2013.

RISSE, Thomas; ROPP, Stephen C.; SIKKINK, Kathryn. *The power of human rights: international norms and domestic change*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

ROSSATO, Cássia Maria; CORREIA, Ludmila Cerqueira. *Caso Damião Ximenes Lopes: Mudanças e desafios após a primeira condenação do Brasil pela CrIDH*. Revista Sur, São Paulo, v. 8, n. 15, pp.93-113, 2011.

SANTOS, Boaventura S. *The heterogeneous state and legal pluralism in Mozambique*. Law & Society Review, Hoboken, Wiley, v. 40, n. 1, pp. 39-76, 2006.

_____. *Oitava carta às esquerdas: As últimas trincheiras*. Carta Maior, 24 de agosto de 2011. Disponível em: < <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Oitava-carta-as-esquerdas-As-ultimas-trincheiras/26907> >. Acesso em: 26 fev. 2014.

SANTOS, Cecília MacDowell. *Ativismo jurídico transnacional e o Estado: Reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos*. Revista Sur, São Paulo, n.7, ano 4, pp. 27-57, 2007.

_____. *Dualismo jurídico e Estado bipolar: Desafios aos direitos humanos dos indígenas no Brasil* In: SANTOS, Boaventura S.; SANTOS, Cecília MacDowell (Orgs.). *Quem precisa dos direitos humanos?*. Coimbra, Almedina, 2016.

SIKKINK, Kathryn. *Human rights, principled issue-networks, and sovereignty in Latin America*. International Organization, Cambridge, Cambridge University Press, v. 47, n. ° 3, pp. 411-441, 1993.

_____. *Latin american countries as norm protagonists of the idea of international human rights*. Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations, Boulder, Lynne Rienner Publishers, v. 20, n. 3, pp. 389-404, Jul-Set 2014.

SOTERO, Paulo. *El desafío brasileño: cómo gestionar las relaciones regionales asimétricas más allá de la OEA*. Revista CIDOB d'afers internacionals, Barcelona, n. 97-98, pp. 101-116, 2012.

VANNUCHI, Paulo; TIMPONI, Cristina. *El Sistema Interamericano de Derechos Humanos – Reformar para Fortalecer*. Foreign Affairs Latinoamérica, Cidade do México, v.13, n. 3, pp. 40-48, 2013.

VENTURA, Deisy. *A interpretação judicial da Lei de Anistia brasileira e o Direito Internacional*. Revista Anistia: Política e Justiça de Transição, Brasília, Ministério da Justiça, n. 4, p. 196-227, 2010. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/2011revistaanistia04.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

_____; CETRA, Raísa. *A funcionalidade do Sistema Interamericano de Direitos Humanos: os casos de violência no campo levados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos*. Genebra, 2012, Disponível em: <<http://bit.ly/2IKk4p7>>. Acesso em: 18 Fev. 2017.

_____; CETRA, Raísa. *O Brasil e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos: De Maria da Penha à Belo Monte* In: FILHO, José Carlos M; TORELLY, Marcelo (Orgs.). *Justiça de Transição nas Américas: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação*. Belo Horizonte, Fórum, 2013.

_____; REIS, Rossana R. *Direitos humanos: Um estorvo para as esquerdas?*. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, 7 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://diplomatie.org.br/direitos-humanos-um-estorvo-para-as-esquerdas/>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

VIEIRA, Oscar V.; ALMEIDA, Eloísa M. *Advocacia estratégica em direitos humanos: A experiência da Conectas*. Revista Sur, São Paulo, n. 15, 2013. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/sur/edicao/15/1000181-advocacia-estrategica-em-direitos-humanos-a-experiencia-da-conectas>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

Entrevistas

ANÔNIMO, Funcionário do MRE. Entrevista. Entrevistador: Rodrigo de Souza Araujo. 2016. Arquivo de áudio .mp4 (54:44 min.)

ANÔNIMO, Funcionário da SDH. Entrevista. Entrevistador: Rodrigo de Souza Araujo. 2016. Arquivo de áudio .mp4 (01h08min.)

CETRA, Raísa. Entrevista. Entrevistador: Rodrigo de Souza Araujo. Concedida na sede da ONG Conectas, São Paulo, 03/07/2015. Arquivo de áudio: Voz009.m4a (58:56 min.)

KWEITEL, Juana. Entrevista. Entrevistador: Rodrigo de Souza Araujo. Concedida na sede da ONG Conectas, São Paulo, 23/06/2015. Arquivo de áudio: Voz008.amr (17:11 min.)

VANNUCHI, Paulo. Entrevista. Entrevistador: Rodrigo de Souza Araujo. Concedida na sede do Instituto Lula, São Paulo, 16/02/2017. Arquivo de áudio .mp4 (01h04min.)